



A FIGURAÇÃO DE UM ARQUIVO HISTORIOGRÁFICO: JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A ESCRITA DE HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL (1979-1988)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4035

Cesar Leonardo Van Kan Saad, UEPG

Resumo

O presente trabalho constitui-se sobre a investigação da construção narrativa de um projeto de escrita da história da história do Brasil, publicado por José Honório Rodrigues, em fins dos anos de 1970 e 1980. Essa publicação conhecida como *História da História do Brasil* (HHB), foi inicialmente pensada em 6 volumes. No entanto, só vieram a público dois, sendo o segundo dividido em dois tomos, por conta da morte de Rodrigues, em 1987. *História da História do Brasil* não é um fato isolado na trajetória de José Honório Rodrigues (1913 – 1987). Uma interpretação possível é a de que, ao lado de *Teoria da História do Brasil*, de 1949, e *Pesquisa Histórica no Brasil*, de 1952, HHB constitui o desfecho de uma interpretação sugerida por Rodrigues de um projeto de renovação dos estudos históricos para o Brasil. Desse modo, a investigação sobre a construção narrativa de HHB, perpassa pela tentativa de responder o que Rodrigues compreendia por história da História. Assim, a investigação que se propõe parte da realização da escrita e da leitura de uma história da História pelo historiador, e toma enquanto problema de pesquisa a definição mesma do *corpus* documental apresentado por José Honório Rodrigues, e o trabalho de arquivo realizado pelo mesmo, cuja possibilidade origina a emergência narrativa de HHB. Assim, surgem duas questões: qual é o “arquivo” construído pela escrita de *História da História do Brasil*? E de que modo José Honório arquiva o passado da história da história brasileira em HHB?

Palavras Chave:

História da historiografia brasileira, José Honório Rodrigues, arquivo historiográfico.

Introdução

O presente trabalho consiste na apresentação de uma possibilidade de pesquisa. Não é preocupação aqui apresentar resultados, mas apenas indicar os caminhos que tenho desenvolvido e conjecturado após o término do mestrado. Assim, este texto tem como objetivo apontar um dos aspectos de meus interesses de pesquisa atuais e que me levará à futuras pesquisas. Desse modo, o presente trabalho instrumentaliza-se a partir da história da historiografia e tem como escopo refletir sobre a produção historiográfica brasileira a partir dos textos de história da história de José Honório Rodrigues. Em vista disso, concentro-me em investigar a construção narrativa desenvolvida por Rodrigues em *História da História do Brasil* (HHB), publicada em fins dos anos de 1970 e 1980.

História da História do Brasil (HHB) foi inicialmente pensada em 6 volumes (MOTA, 2010, p.186-187). No entanto, só vieram a público dois, sendo o segundo dividido em dois tomos, por conta da morte de Rodrigues, em 1987. HHB não é um fato isolado na trajetória de José Honório Rodrigues (1913 – 1987). Uma interpretação possível é a de que, ao lado de *Teoria da História do Brasil*, de 1949, e *Pesquisa Histórica no Brasil*, de 1952, HHB constitui o desfecho de uma interpretação sugerida por Rodrigues de um projeto de renovação dos estudos históricos para o Brasil¹.

Assim, o presente texto tem a intenção de apontar uma investigação, a partir dos textos de HHB, dos modelos de leitura e escrita desenvolvidos por Rodrigues, que operacionalizam sentido à noção de “história da história”. Para tanto, parto da realização da escrita e da leitura de uma história da história pelo historiador e tomo como problema de

pesquisa a definição do *corpus* documental apresentado por Rodrigues, juntamente com o trabalho de arquivo realizado pelo mesmo, cuja possibilidade origina a emergência narrativa de HHB. Assim, surgem duas questões: de que modo Rodrigues arquiva o passado da história da história brasileira em HHB, e qual seria o “arquivo” construído na e para a escrita de HHB?

Do arquivo ao arquivo historiográfico: possibilidades interpretativas

A investigação do arquivo em HHB leva em conta o trabalho de *escrita/leitura* desenvolvido por Rodrigues, o qual permite compreender a noção de “história da história”. Sigo, no que diz respeito a intersecção entre *escritura/leitura* as orientações de Derrida, para quem escrever é já ler, e vice-versa:

Se há uma unidade da leitura e da escritura, como hoje se pensa facilmente, se a leitura é a escritura, esta unidade não designa nem a confusão indiferenciada nem a identidade de todo repouso; o é que une a leitura à escritura deve descosê-las. Seria preciso, pois, num só gesto, mas desdobrando, ler e escrever (DERRIDA, 2005, p.8).

Esses traços da escrita/leitura possibilitam entrever uma “textura do texto”, ou “textualidade”, e sinalizam o próprio texto enquanto abertura ao seu jogo de complexidades, condições de possibilidades e regras de funcionamento (DERRIDA, 2005, p.8). Assim, é preciso esclarecer que essas relações do texto/textualidade que segundo Lacapra:

(...) sirve para hacer menos dogmático el concepto de realidad al apuntar al hecho de que uno está

¹ A esse respeito ver: FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues* [Tese de

doutorado]. Rio de Janeiro, 2012. SAAD, Cesar L. V.K. Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

“siempre ya” envuelto em problemas de uso del lenguaje en la medida em que intenta obtener una perspectiva crítica sobre ellos, y plantea la cuestion tanto de las posibilidades como de los límites del significado” (...) (LACAPRA, 1998, p.241).

Desse modo, a interrogação da escrita/leitura em HHB deve levar em conta outro aspecto intrínseco ao exposto acima. O que Frank Kermode em “El control institucional de la interpretación” colocou como “coincidencia de las fuerzas que limitam, o tratan de limitar, tanto lo que él puede decir como los modos em que pueda decirlo” (KERMODE, 1998, p.91). E continua:

Estas fuerzas pueden provenir del pasado, mas por lo general serán consideradas como sanciones ejercidas por los próprios contemporáneos (y esto será cierto tanto se uno se opone a ellas y las padece como si no). Existe una organización de la opinión que puede tanto facilitar como inhibir el modo personal de hacer la interpretación (...) el médio de estas pressiones e intervenciones es la institución (KERMODE, 1998, p.91).

Essa espécie de “repressão” institucional de que fala Kermode, funciona em sentido análogo ao que Michel de Certeau certa vez enunciou em *A escrita da História* sobre a força institucional da operação historiográfica. Cito-o: “A escrita da história se constrói em função de uma instituição cuja organização parece interver: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (DE CERTEAU, 2000, p.66. A escrita/leitura de HHB não seria parte de uma certa solução de Rodrigues em sua relação com a própria instituição histórica? Questão

que deixo em suspenso, mas que é de importância indicá-la, principalmente ao horizonte de análise, uma vez da problematização da construção do arquivo em HHB e a definição que esse mesmo arquivo assume com a instituição historiográfica.

Assim, é necessário deixar claro o que se está sugerindo pela noção de arquivo e quais seriam as suas implicações na presente investigação. Considero arquivo num sentido metafórico que acaba por ter duas consequências diretas ao desenvolvimento de minha pesquisa, fazendo-me compreendê-lo enquanto um “sistema de armazenamento”, como bem sugere Aleida Assman: “O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos”(ASSMAN, 2011, p.367). Assim, o primeiro sentido de arquivo diz respeito a todo o trabalho de interpretação presente na operação de construção de documentos – que perpassa a constituição dos registros, bem como entrelaça uma política de escrita como política da memória e do esquecimento² da História (ASSMAN, 2011, p.19) –, o qual está presente em HHB. A investigação do que foi considerado fonte de história da história e a leitura realizada sobre essas fontes é ponto fundamental para entender o que Rodrigues estabeleceu como história da história. O segundo sentido impõe-se pela própria especificidade de HHB, levando-me a perguntar se o trabalho de definição documental, bem como o de *leitura/escrita* dessa documentação, não implicaria em entender o sentido de história da história como um certo *arquivo historiográfico*? Tal *arquivo historiográfico* não indicaria o modo como Rodrigues interpretou e compreendeu a produção

² Sobre as políticas da escrita, ver: RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.

historiográfica no Brasil? Assim, essa noção de *arquivo historiográfico* tem direta associação com o que em crítica literária se denominou de análise do cânone³. Enric Sullà, em “El debate sobre el canon literário”, sugere um sentido que tem direta relação ao objeto de meu trabalho. Cito-o:

Una reflexión que en el estudio de los procesos de formación del canon, es decir, en su dimensión histórica, equivale a la historia de la literatura [ou nesse caso, história da história], es decir, al análisis de como se construyen las narraciones (...) como se escogen autores y obras, qué se destaca para estudiar (...) y con que criterios, como se distribuyen en épocas y períodos, como se delimitan éstos; con más razón si se tiene en cuenta que la literatura [ou História] genera o reclama un discurso del que obtiene legitimidad (...) y que produce, a su vez, conceptos (estéticos, teóricos, críticos) y procedimientos de comentario (las numerosas doctrinas críticas de este siglo XX que finaliza) que no son otra cosa que pautas de lectura e interpretación y que, en cuando que propugnan modelos, establecen criterios de

valoración (SULLÀ, 1998, p.33).

Assim, as noções de *arquivo* e *arquivo historiográfico* (cânone) abrem um horizonte de investigação dos modos de leitura/escrita, bem como de textualização de sentidos possíveis de história da história em HHB. Chamar a todas essas mediações de “problemáticas do arquivo” em HHB não é tomar o arquivo como algo por si evidente e transparente, mas ele mesmo um “espaço polêmico das maneiras de ler”, como definiu Michel Pêcheux, em “Ler o arquivo”, que remete a “uma descrição do arquivo enquanto relação do arquivo com-ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho de memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 2010, p.52), incidindo na relação problemática de uma ação fundadora, e ao mesmo tempo singular. Isso recobre a consideração de que “os profissionais da leitura de arquivos (historiadores, filósofos e pessoas de letras) (...) têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (...) *construindo seu mundo de arquivos*” (PÊCHEUX, 2010, p.52-53). Desse modo, não seria HHB o resultado de uma construção de um mundo de arquivos?⁴

³ Alguns trabalhos me ajudaram a problematizar essa associação que estabeleço entre *cânone* e *arquivo historiográfico*. Alguns aparecerão citados ao longo do projeto, outros, por economia de espaço, serão apenas mencionados. SULLÀ, Enric. El debate sobre el canon literário. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. HARRIS, W. V. La canonicidad. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. KERMODE, Frank. El control institucional de la interpretación. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. MIGNOLO, Walter. Los cánones y (más allá de) las fronteras culturales (o ¿de quién es el canon del que hablamos?). In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. JAY, Martin. ¿Citar a los grandes o prescindir de los nombres? Modos de legitimación en el campo de las humanidades. In: *Campes de fuerza*. Entre la historia intelectual y la crítica cultural. Buenos Aires: Paidós, 2003. RORTY, R.;

SCHNEEWIND; SKINNER, Q.(org.) *La filosofía en la historia*. Ensayos de historiografía de la filosofía. Barcelona: Paidós, 1990. KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

⁴ Há outros trabalhos, ainda que me auxiliaram a problematizar a questão do arquivo. São eles: FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p.15. DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Dumará, 2001, p. 11-16. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972, p. 157-163. DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, p.13-31. AGANBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (homo sacer III). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 139-169. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.25-134; 151-193.

No primeiro volume de HHB, “Historiografia Colonial”, Rodrigues inicia com a afirmação de uma necessidade teórico-prática sem precedentes aos estudos históricos brasileiros. Essa necessidade estrutura-se enquanto reivindicação de defesa de uma autonomia dos estudos históricos em relação aos estudos literários. Assim, a “autonomia” de que fala Rodrigues gira em torno da noção de crítica que, nesse caso, deveria se constituir eminentemente como crítica histórica. E no que consiste essa crítica histórica? A crítica histórica deve atrelar-se à própria noção de “obra histórica”, pois, segundo Rodrigues, “a obra histórica deve ser vista e examinada como obra histórica, pelo seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de sua disciplina” (RODRIGUES, 1979, p. XV). Assim, fica claro que Rodrigues reivindica já nas primeiras páginas de HHB uma certa prática que deve integrar o fazer historiográfico, isto é, o controle por parte dos historiadores do exame e da reflexão sobre a própria historiografia.

Dessa forma, tem-se dois horizontes abertos por Rodrigues em HHB. Em primeiro lugar, a definição da própria operação de *leitura/escritura* de HHB, em determinar uma certa prática de crítica histórica desatrelada da crítica literária, e em segundo, a investigação e definição de um certo *corpus* de análise que irá sustentar o empreendimento, bem como o sentido de história da história brasileira o qual figura aqui como o que denominei anteriormente de “problemática do arquivo”. Logo, HHB funciona por meio desse duplo, entre a proposição e a execução. Assim, os enunciados teóricos de HHB aparecem como inferência ao campo dos estudos históricos brasileiros. Cito Rodrigues:

A história da história nunca teve tratamento independente no mundo da língua portuguesa. Era na história da literatura, único ramo de historiografia intelectual exercido no Brasil e em Portugal, que se buscava, e se encontrava a análise e

crítica da evolução do pensamento e da forma do escrito histórico. Naturalmente não era nem poderia ser satisfatória, porque nela só entravam alguns cronistas e historiadores, examinados segundo critérios literários, estilísticos e estéticos. Quase sempre os poucos selecionados eram os melhores exemplares da historiografia, mas a crítica que se lhes fazia não bastava aos estudiosos da história, *que nela buscam mais informações históricas que literárias*. Além disso, faltavam muitos que haviam trazido não pequena contribuição ao escrito e estudo histórico. Outros, que haviam realizado obra literária e histórica, eram analisados pelo mesmo critério, sem um conhecimento histórico mais exato (RODRIGUES, 1979, p. XV).

Assim, surgem os questionamentos: não residiria nessas asserções uma certa necessidade, pelas próprias proposições, em definir/construir uma identidade aos estudos históricos brasileiros? E essa mesma definição de uma “identidade” não implica ela mesma em uma intenção fundadora da própria historiografia enquanto disciplina? E, em consequência, essas delimitações não são elas mesmas tributárias da definição de um arquivo historiográfico?

Na sequência, Rodrigues narra as dificuldades da própria definição da matéria de HHB. E afirma que os critérios para a seleção do material não foram rígidos e nem sistemáticos (RODRIGUES, 1979, p. XVI). Em suas palavras: “Adotou-se, de princípio, uma distinção entre *documento histórico* e *historiográfico*, e somente este e seu autor entraram neste estudo” (RODRIGUES, 1979, p. XVI). Em seguida, afirma que essa distinção “não é fácil de se fazer”, pois “todo documento historiográfico é histórico” (RODRIGUES, 1979, p. XVI), mas o contrário, muitas vezes, não é possível de se definir. Assim, sustenta: “Desde que se considere a historiografia

como a história da história, *só aqueles escritos acabados na forma da descrição ou da interpretação podem ser considerados historiográficos*, relatem ou não fatos do passado, ou se limitem ao seu presente” (RODRIGUES, 1979, p. XVII). O que legitimaria, então, essa divisão? E como essa divisão reflete-se no *arquivo* mobilizado e construído em HHB? Ainda, como esse *arquivo* permite tais categorizações de “documentos históricos” e “documentos historiográficos”? Questões que se somam a investigação do problema que se expõe.

No entanto, o dualismo ensejado por Rodrigues apresenta certos limites de operacionalidade, principalmente quando se tem como horizonte de análise uma historiografia “escassa e rudimentar”, como as dos séculos XVI e XVII. Em suas palavras:

Então não podemos ser tão rigorosos e devemos admitir as relações, formas primitivas da crônica, as descrições, os chamados “descritivos” pelos espanhóis e algumas exposições políticas, como as de Bento Maciel Parente, porque são formas narrativas da atualidade histórica. Não se teria uma idéia da evolução da historiografia brasileira daqueles séculos, se essas narrações não fossem estudadas. Acreditamos que a partir do século XVIII elas já estarão incorporadas nas Histórias e Crônicas e assim poderão ser abandonadas, assinalando-se apenas as formas mais superiores (RODRIGUES, 1979, p. XVII).

O tom usado pelo autor no trecho acima acarreta uma certa incerteza relativa à própria complexidade do problema que o mesmo está levantando. Em *Historiografia del Brasil: Siglo XVI*, pequeno texto de 96 páginas, publicado no México, em 1957, encontram-se problemas correlacionados os quais permitem, em comparação à HHB, traçar alguns parâmetros para a discussão. Por meio de *Historiografia del Brasil: Siglo XVI* fica marcante a tênue relação entre

“documentos históricos” e “documentos historiográficos”. Cito Rodrigues: “La historiografía brasileña nace con los libros de viajes y los primeros cronistas, que no hacían historiaria, sino descripción de la actualidad. Eran como “reporteros” pasmados ante las novedades de la tierra desconocida, llenos de entusiasmo y ansiosa curiosidad por la tierra y por el hombre” (RODRIGUES, 1957, p.10).

Se a historiografia brasileira do primeiro século, segundo Rodrigues, emerge com os relatos de viagem e cronistas, narrativas essas que teriam por premissa narrar a experiência portuguesa, e dos demais viajantes em sua alteridade com a terra, as gentes e todo um clima histórico de diferenças, essa mesma evidência documental se faz sentir na determinação da divisão historiográfica, isto é, a própria categorização do texto, entre divisões, periodizações e temas a serem tratados, traçando uma nítida e, quiçá, determinante relação com o arquivo selecionado.

La historiografía brasileña del primer siglo puede dividirse en las siguientes etapas: 1) de 1500 a 1549, em el cual domina el libro de viaje; 2) de 1549 en adelante, cuando se inicia, con el Gobierno central, la relación jesuítica, que estudia la tierra, el hombre e su conquista por obra de la civilización occidental; 3) a partir de 1576, con la obra de Gandavo, comieza la crónica, oficial, oficiosa y privada. Hay que señalar asimismo la crónica de la conquista o del conocimiento de la tierra, realizada por escritores no portugueses (RODRIGUES, 1957, p.10).

Em 1963, *Historiografia del Brasil Siglo: XVII*, os mesmos problemas se repetem. No entanto, a diferença para com o texto de 1957 é a presença de um prefácio introdutório que, à primeira vista, teria a função de pontuar as dificuldades do estudo da historiografia brasileira, principalmente entre os séculos XVI e XVII. Esse prefácio é importante, pois

introduz pela primeira vez a distinção que em HHB torna-se marca fundamental do argumento de Rodrigues, entre “documentos históricos” e “documentos historiográficos. Segundo Rodrigues:

(...) la historiografía de los siglos XVI y XVII, época em que muchos documentos históricos se confunden con los historiográficos, lo cual obliga a extremar la atención para que la historiografía no acabe por transformarse em historia de la documentación histórica. Es posible, y hasta muy probable, que no hayamos sabido respetar los límites de separación, y que las aguas de ambas fuentes se hayan mezclado em este océano historiográfico. En el siglo XVIII, y especialmente en el XIX, el historiador no es um ya testigo, una voz viva, interesada, que quiere producir efectos inmediatos; es una voz noturna, que se manifiesta con intenciones mediatas e indirectas. El relato histórico, sea crónica “conyuntural” o historia “estructural”, es un producto final del impulso histórico de cada generación, y por elo sirve también para esclarecer las opiniones de las minorias intelectuales y para comprender los trabajos y los sacrificios de la nación brasileña (RODRIGUES, 1963, p.14).

Retomando HHB, junto com esses textos, parece existir um esforço de Jose Honório em constituir um modelo de leitura/escrita que possa enquadrar o passado da história brasileira e sustentar um certo sentido para a historiografia dos séculos XVI ao XX. Outros problemas que endossam os já apontados ressoam ainda sobre os critérios de seleção. Cito Rodrigues:

É evidente que tal dificuldade não se apresenta quando a obra é um livro de História, como a de Frei Vicente do Salvador, ou uma crônica contemporânea, como a *Jornada do Maranhão* de Diogo de Campos Moreno. De modo geral,

todo documento, tenha título de Crônica, Relação, Descrição, Memorial, Narração, que descreva os acontecimentos e os episódios de uma época, história *in statu nascendi*, merece figurar na historiografia, mesmo que seja primitivo, rudimentar, na forma e no conteúdo (RODRIGUES, 1979, p. XVII).

Vale perguntar, e o que não merece figurar como “documento de historiografia”? Pois a amplitude de tal definição por José Honório coloca em risco a própria definição sustentada anteriormente, de uma divisão entre “documentos históricos e historiográficos”, e em consequência, corrobora a uma dificuldade de precisão no argumento de Rodrigues, do que se está compreendendo por historiografia. No entanto, voltando a citar Frei Vicente do Salvador, Rodrigues reitera que há distinção e demarcação clara em seu empreendimento para análise histórica, de um lado, e historiográfica, de outro. “A *História* de Frei Vicente do Salvador é, por exemplo, um documento histórico, fonte principal de certos períodos, porque seu autor a escreveu enquanto os fatos se sucediam, e é documento historiográfico, com uma construção elaborada do passado e do seu presente” (RODRIGUES, 1979, p. XVIII).

Esses aspectos levantados perante os critérios de Rodrigues – os quais expressam ambiguidades conceituais e, por vezes, a falta de precisão, tanto nas publicações mexicanas entre os anos de 1957 e 1963, quanto em HHB –, conduzem à compreensão, ao menos inicial, como aponta Wendell V. Harris, de que: “(...) las selecciones surgieren normas y las normas sugieren algún tipo de autoridad. De todos modos, los criterios para la selección de textos derivan, no de la autoridad, sino de las funciones elegidas” (HARRIS, 1998, p.38). Assim, compreender as funções delimitadas e sustentadas em HHB, principalmente na relação do arquivo com a formação de um *arquivo historiográfico*, leva em conta uma

postura apontada por Harris, em “La canonicidad”, que indica um processo de investigação mais complexo que a mera seleção de autores e obras, pois a canonicidade expressa-se em: “(...) proveer de modelos, ideias e inspiración; transmitir una herencia intelectual; crear marcos de referencia comunes; (...) legitimar la teoria; ofrecer una perspectiva histórica y pluralizar (no limitando-se a uma tradición, es decir, practicando la política del reconocimiento)” (HARRIS, 1998, p.50-56). Assim, essas funções levantadas por Harris, que expressam a canonicidade dos cânones, ou ao que venho denominando de *archivo historiográfico*, deverá, na análise de HHB, levar em conta, ainda, três outros aspectos, atrelados às questões já colocadas: 1) a abertura diacrônica para aspectos da trajetória de pensamento de José Honório Rodrigues; 2) a legitimação teórica e metodológica de HHB, juntamente com as concepções de Rodrigues frente ao fazer historiográfico; 3) as tradições de pensamento mobilizadas por Rodrigues na construção de HHB.

O primeiro ponto diz respeito à necessidade de transcender a conjuntura de publicação de HHB a fim de problematizar sua construção textual, em análise comparativa com as publicações de 1957 e 1963, respeitando a historicidade, bem como a emergência historiográfica desses textos, isto é, a relação de *Historiografía del Brasil: Siglo XVI* e *Historiografía del Brasil: Siglo XVII*, com a historiografia do Instituto Panamericano de História e Geografía do México. Outro aspecto, é ter em vista os textos anteriores de Rodrigues os quais apontavam análises historiográficas e que foram agrupados nas diferentes coletâneas publicadas pelo autor. Isso incide numa certa leitura que não compreenderá HHB como a representação final de um certo percurso de José Honório Rodrigues, mas como um entendimento de que a noção de “história da história” instrumentalizada e possibilitada em HHB é partícipe de um desenvolvimento de pensamento que não

se encerra e, logicamente, não se inicia com a publicação da mesma.

Assim, o segundo ponto leva em conta o projeto teórico de Rodrigues e sua relação com a escrita de HHB. Em THB, de 1949, José Honório desenhava o percurso de uma certa leitura da disciplina da história, que alicerçava em uma mesma definição de *teoria da história* reflexões de “filosofia da história”, “análise historiográfica” e “metodologia da história”, esta última disposta no maior número de capítulos do então manual de “Introdução Metodológica”, como ficaria marcado o subtítulo de THB. O método histórico, para Rodrigues, dizia respeito à maneira como o historiador teria de “provar as razões em que se baseou o seu conhecimento histórico” (RODRIGUES, 1949, p.105) à própria comunidade historiadora e a terceiros. No entanto, o autor, não se limitando a isso, avança sobre uma concepção puramente empirista, pois considerava que o trabalho do historiador ia além do mero trabalho documental e deveria estar integrado à história como ciência hermenêutica. Cito Rodrigues:

(...) a história como ciência hermenêutica, que não se limita puramente à descoberta dos fatos, mas trata de interpretá-los. O conhecimento das fontes, a colheita do material, a verificação de sua autenticidade e autoridade, exercidas sucessivamente pela heurística, pelas disciplinas auxiliares e pela crítica se completam pelo trabalho de interpretação, que é dirigido pelas teorias históricas. Concluindo, pode-se dizer que a história, como ciência hermenêutica, não limita sua certeza à transcrição de uma informação dada por quem era tido como autoridade. Nem sequer ela se esgota na reprodução de um documento, de uma fonte. Ela exige, tal como qualquer outra ciência, a prova que justifica a certeza da afirmação. A própria palavra *prova* não é passiva; é a

demonstração de uma coisa duvidosa ou controvertida por meio de argumentos legítimos. Assim, o fundamento da certeza histórica é também a prova, mas a pura exibição de um documento não significa nada, como o testemunho não é prova, mas instrumento de prova. O historiador parte das fontes, dos testemunhos, que são apenas meio de prova, cujo ofício, na Casa de Clio, é essencialmente estimulador (RODRIGUES, 1949, p. 110-112).

Essa passagem consiste em minha leitura em um dos pilares da concepção teórica e historiográfica de Rodrigues. Desse modo, questiona-se: em que medida tais concepções perpassam a maneira como José Honório constrói as possibilidades de leitura e escrita em HHB? A história da história em Rodrigues seria partícipe dessa concepção da História como uma ciência hermenêutica?

O terceiro ponto diz respeito às tradições de pensamento ou às “tradições eletivas” presentes na constituição de HHB, que permitiram a Rodrigues uma legitimação historiográfica de seu próprio empreendimento. Compreendo “tradições eletivas”, segundo a definição de Javier Fernández Sebastián. Em suas palavras:

Podemos entender pues las tradiciones electivas [...] como una herencia recibida de las generaciones anteriores, como um legado histórico imaginado y elaborado por el próprio legatário. De entre todos los pasados posibles, cada actor coletivo selecciona de acuerdo con sus preferencias aquellos hechos que mejor se adaptan a sus necesidades de legitimación e a sus expectativas de futuro (SEBASTIÁN, 2014, p. 18).

Desse modo, as notas-de-rodapé tornam-se o recurso de análise possível a investigação das tradições eletivas em HHB, uma vez que por meio delas é

possível visualizar o que Rodrigues elege como sendo os precursores do tipo de reflexão que propõe em sua narrativa. Nas notas iniciais de HHB, Rodrigues sustenta uma interpretação que indica o pioneirismo nos estudos de história da história brasileira para o “Necrológio de Varnhagem” por Capistrano de Abreu (1878), “Os historiadores do Brasil no século XIX” de Alcides Bezerra (1927), “Os estudos históricos no Brasil” de Astrogildo Rodrigues de Mello (1951) e “O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos” de Sergio Buarque de Hollanda (RODRIGUES, 1979, (XV - XX). Segundo Pedro Santos e Mateus Pereira em “Mutações do conceito moderno de história”:

Seguindo a sugestão de José Honório Rodrigues, é possível captar demandas distintas, mas relacionadas, a respeito da escrita da história do Brasil nos quatro textos que Rodrigues identificou como pioneiros. De modo que os quatro estão inseridos em um contexto de transformações por que passou a historiografia brasileira e a própria categoria de historiografia, do momento do final do Império (anos 1870), até o início da “rotinização” da produção universitária (anos 1950). São textos que procuram atuar sobre o futuro da historiografia: *procuram indicar um programa de pesquisa e normas do que deveria ser feito a seguir* (SANTOS; PEREIRA, 2012, p.58).

Além dos pioneiros, Rodrigues também se refere a outros historiadores que, assim como ele, dedicaram-se aos estudos de história da história. A historiografia portuguesa é mencionada como possibilidade comparativa, a partir da obra de Joaquim Veríssimo Serrão e Oliveira Marques. Em relação aos brasileiros, Rodrigues faz referência à *Historiografia Mineira. Esboço* (1959), de Olliam José, que figura como o único trabalho posterior aos precursores levantados, para em seguida, citar trabalhos biográficos sobre historiadores,

a contar com o de Gilberto Freyre, *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*, de 1968; Maria de Lourdes Manaco Jannoti, *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*, de 1977; Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima – uma biografia*, de 1976; fechando com a menção a José Roberto do Amaral Lapa e Carlos Guilherme Mota. Assim, esses três pontos – análise da trajetória de pensamento, aparatos teórico-metodológicos e tradições eletivas – impõem as complexas relações em torno da problemática do arquivo que venho desenvolvendo, a fim de compreender como essa mesma problemática do arquivo, por meio de HHB, permite compreender a figuração de um arquivo historiográfico. Essa relação entre a problemática do arquivo e o arquivo historiográfico sinalizam uma preocupação, sugerida por Walter Mignolo, para quem: “(...) [la] formación del canon (...) no es más que un ejemplo de la necesidad de las comunidades humanas de estabilizar su pasado, adaptarse al presente y proyectar su futuro” (MIGNOLO, 1998, p.251). Essa projeção temporal do passado ao futuro indica ainda, por meio da análise de HHB, uma necessidade que as comunidades epistemológicas têm – que aqui lê-se pela disciplina da história –, de “fundación histórica y la situación actual de la disciplina” (MIGNOLO, 1998, p.251).

Portanto, a investigação do que venho denominando de *arquivo historiográfico* (ou análise do cânone), nada mais é do que abrir um horizonte de análise e interrogação sobre a escrita da história e seus pressupostos de legitimação. Assim, a problemática do *arquivo historiográfico*, como arquivamento de diferentes arquivos de historiografia, teoria, metodologia, possibilita o questionamento sobre os lugares-comuns sedimentados em torno da produção do conhecimento histórico e da disciplina da História, bem como do enraizamento de tradições historiográficas que determinam, em diferentes épocas, sentidos à História. De tal modo, a reflexão sobre a

problemática do *arquivo historiográfico* permite também colocar em evidência a imagem e a autoimagem que construímos e conservamos por meio de nossas práticas historiográficas como historiadores e historiadoras da disciplina da História e, além disso, permite, através desses questionamentos, ansiar possibilidades de produção de diferenças, isto é, aberturas de futuro à produção do conhecimento histórico, pois, como afirma Derrida – e aqui termino com uma citação, deixando ao leitor decidir pelo fim de meu texto –, em *Mal de Arquivo*, para quem: “(...) a questão do arquivo não é, repetamos, uma questão do passado. Não se trata de um conceito do qual nós disporíamos ou não disporíamos *já* sobre o tema do passado, um conceito arquivável de arquivo. Trata-se do futuro, a própria questão do futuro, a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade para amanhã” (DERRIDA, 2001, p. 50).

Referências

- ASSMAN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- _____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Dumará, 2001.
- HARRIS, W. V. La canonicidad. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998.
- KERMODE, Frank. El control institucional de la interpretación. In: SULLÀ, Enric (org.). *El Canon Literario*. Madrid. Arco/Livros S. L., 1998.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quimes, 1998.
- MIGNOLO, Walter. Los cánones y (más allá de) las fronteras culturales (o ¿de quién es el canon del que hablamos?). In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. A Inacabada História

da História do Brasil. In: *História e contra-História: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Unicamp: Editora da Unicamp, 2010.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos;
PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria “historiografia brasileira” a partir de quatro notas de rodapé (1878 – 1951). In: SILVA, Ana Rosa Clolet da;

NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (org.). *Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Tradiciones electivas. Cambio, continuidade y ruptura em historia intelectual. Revista Almanack. Guarulhos. N°07, p.5-26, 2014.

SULLÀ, Enric. El debate sobre el canon literário. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998.